



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Ata da 7ª Sessão Ordinária da 4ª Sessão Legislativa da 15ª Legislatura, realizada pela Câmara Municipal de Cascavel em 23 de fevereiro de 2016, com início às quatorze horas e trinta e nove minutos sob a Presidência do Vereador **GUGU BUENO**, secretariada pelo vereador **ROMULO QUINTINO** e com a presença dos vereadores: Aldonir Cabral, Celso Dal Molin, Cláudio Gaitero, Fernando Winter, Gugu Bueno, Ganso Sem Limite, Jaime Vasatta, João Paulo de Lima, Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, Marcos Rios, Luiz Frare, Nei H. Haveroth, Paulo Porto, Professor Paulino, Robertinho Magalhães, Romulo Quintino, Rui Capelão, Vanderlei Augusto da Silva e Walmir Severgnini. – Presidente: Sob a proteção de Deus e havendo número regimental dou por aberta à sessão e solicito ao senhor Secretário que efetue a leitura da matéria de expediente recebida pela mesa. **PEQUENO EXPEDIENTE** – Projeto de lei nº 9/2016. Parecer nº 16 favorável da Comissão de Justiça e Redação à Emenda nº 1 ao Projeto de lei nº 150/2015. Requerimentos nº 19 ao nº 27. Indicações nº 104 ao nº 134. Ofício nº 001/2016 comunicando que o vereador Rômulo Quintino/PSL passa a ocupar o cargo de Líder do Partido Socialista Liberal - PSL. Inscritos pra falar no grande expediente, os vereadores: João Paulo de Lima, Paulo Porto, Professor Paulino, Luiz Frare e Romulo Quintino. – Presidente: Finda que está à leitura da matéria de expediente. **INCLUSÃO OU DESTAQUE PARA ORDEM DO DIA:** – Presidente: Deixo a palavra livre pra inclusão ou destaque para a ordem do dia. (-Peço a palavra) - Presidente: Pois não, vereador. – Vereador Jorge Menegatti: Peço a gentileza pra colocar na pauta o Projeto de lei nº 52/2015 e o Projeto de lei nº 94/2015. Lembrando que é a sexta vez que estou solicitando. Obrigado! – Presidente: Peço que a secretária do Plenário, registre a solicitação. - Vereador Romulo Quintino: Questão de ordem. Esqueci de pronunciar a inscrição do vereador Fernando Winter, pra o grande expediente. – Presidente: Registre-se então, a inscrição do vereador Fernando Winter pra o grande expediente. **ORDEM DO DIA** – Presidente: Temos em única discussão e votação o veto total ao Projeto de lei nº 153/2015, que altera dispositivos da Lei Municipal 5.551 de 13/11/2015, que institui o Programa Municipal de Parceria Público-Privada e dá outras providências, de autoria de todos os vereadores. Em discussão o veto. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Rui Capelão. - Vereador Rui Capelão: Não quero entrar no mérito das alegações do Paço Municipal, pra vetar esse projeto, que não competiria a mim fazer a defesa. Criticar essas alegações que, temos que respeitar; mas temos que entender que o projeto foi feito com uma finalidade bem clara: todos teriam que entender a questão da transparência. O projeto é sobre um Programa Municipal de Parceria Público-Privada e estávamos querendo que os projetos passassem por aqui, pra ter mais transparência. Tenho denúncia de contratos feitos aqui e em Londrina, pra prestação do mesmo serviço. Lá é menos da metade do valor do projeto, aqui. Vão me dizer que uma coisa é uma coisa e outra coisa é outra coisa; mas segundo as informações que a gente tem, a prestação do serviço é o mesmo serviço. As pessoas que trabalham no ramo vêm me criticar, porque lá é 40 mil e aqui é 80 mil. Este projeto nos traria uma transparência do serviço público, e não nos deixaria dúvida da prestação do serviço público. Na verdade, o serviço que o



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Município estava prestando está sendo avaliado por nós e, estamos concordando com o que o município está fazendo. Se há um questionamento neste sentido, o prefeito deveria ter mandado uma equipe econômica, jurídica pra dizer: olha, entendi o projeto de vocês, mas acho que não podemos trabalhar desta forma, estamos à disposição pra isso e aquilo, mas não pode ser feito isso, através de lei. Outra coisa: a lei é uma lei municipal, não é estadual e nem federal, não é a Constituição. Estamos alterando uma lei municipal que foi votada por esta Casa, assim sendo, temos o direito de opinar alguma coisa e com isso vamos preservando o direito do Poder Executivo trabalhar e, sem qualquer suspeição de qualquer pessoa desta Casa. Sou contrário ao veto, por essas razões. Gostaria que os senhores entendessem minha colocação, que estamos trabalhando em benefício do serviço público e principalmente, tentando ajudar o máximo o Paço Municipal. Era isso. Obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Jorge Bocasanta. – Vereador Jorge Bocasanta: Quando passou este projeto, eu tinha colocado a Emenda que tinha que passar pela Câmara e, não sei por que não foi votado. Ninguém é contra a parceria público-privada. Uma pessoa sozinha pensa de um jeito e, várias pensam diferente. Quando se faz um projeto de parceria público-privada que não tem falcatrua, a gente não pode ter medo de uma Câmara de Vereadores, acompanhar. Quando a gente quer o totalitarismo, ditadura, aí sim: é eu só e mais ninguém. A eliminação deste veto é questão de democracia, participação. O prefeito é pra fazer o Executivo e nós para legislar, mas também podemos participar. A gente pode opinar, se o preço é justo ou não. Não é na execução e sim, na fiscalização, porque somos pagos pra fazer essa função. Não tenho dúvida e naquela época já queria colocar isso aqui: passar pela Câmara pra dar mais transparência pra uma parceria público-privada, que pode durar até 35 anos. Sem dúvida o veto é essencial, pra que possamos corrigir o que já devíamos ter feito nesta lei, ou seja, se o Rui Capelão fosse prefeito, não teria dúvida que teria participação da Câmara. Se os 40 mil aqui é 80, alguma coisa está errada. A fumaça nunca é a mesma, até pra eleição do Papa. Se você for fazer uma parceria que for uma fumaça clara é boa, se for escura é porque queimou alguma coisa junto. Por isso, a derrubada deste veto é essencial pra transparência do futuro de Cascavel. Por isso, peço voto contrário ao veto. Obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Paulo Porto. - Vereador Paulo Porto: Estamos votando um veto do Executivo. É um Projeto de lei que tem como objetivo dar transparência e o mínimo de controle a uma péssima lei que: institui a parceria público-privada em Cascavel. E me lembro que votei contra, por entender que abrimos a caixa de Pandora quando autorizamos esta lei. Esta lei é ampla, quando autorizamos a parceria público-privada em áreas estratégicas, como: segurança, saúde, educação, coleta de lixo, corremos o risco grande de fazer o que se chama privatizar pelas bordas. Entendo que o Estado tem que ser público e, permanecer nas mãos do controle popular, que é quem o Estado representa. Entendo essa lei nociva e, foi aprovada e neste Projeto de lei que está vindo, o veto é um projeto que visa limitar, dar controle a esta lei que aprovamos e que diz que: toda parceria quando se efetivar deve necessariamente passar pelo aval desta Casa. Vim defender a derrubada deste



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

veto, até porque essa, se não me engano, todos os vereadores assinaram. Entendo que o veto é uma afronta a todos os vereadores desta Casa. Creio que iremos derrubar o veto, mas não quero parar por aqui. É prerrogativa do prefeito, fazer o veto, como é nossa prerrogativa derrubar o veto, pra garantir o mínimo de controle às parcerias público-privadas em Cascavel; porém, na justificativa do veto tem uma ameaça velada de que a Prefeitura entrará com uma ADIN, no sentido de novamente desrespeitar esta Casa, passando por cima desta Casa de Leis. Gostaria de indicar um encaminhamento pra nossos vereadores: caso derrubemos o veto e, vamos derrubar; porque é incorreto e equivocado e caso o Executivo insistir em desrespeitar a vontade desta Casa e entrar com uma ADIN; eu entendo que esta Casa deve discutir seriamente a revogação do Projeto de lei, que institui as parcerias público-privadas e que também é prerrogativa desta Casa. Peço voto contrário ao veto. Caso essa ameaça velada, que se encontra na justificativa do veto, se materializar; entendo que esta Casa, em defesa desta Casa deve discutir seriamente a revogação desta lei que, institui a parceria público-privada que também, é prerrogativa destes vereadores. Peço voto contrário. Obrigado. - Presidente: Continua em discussão o projeto. Em votação. Proceda a votação nominal, senhor secretário. (Foram contrários, os vereadores: Ganso Sem Limite, Jaime Vasatta, João Paulo de Lima, Nei Haveroth, Walmir Severgnini, Robertinho Magalhães, Romulo Quintino, Paulo Porto, Marcos Rios, Celso Dal Molin, Fernando Winter, Professor Paulino, Vanderlei Augusto da Silva, Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, Rui Capelão) (Foram favoráveis os vereadores: Aldonir Cabral, Luiz Frare e Claudio Gaitero) – Secretário: Com 16 votos contrários e 3 favoráveis, veto ao Projeto nº 153/2015 derrubado. – Presidente: Com 16 votos contrários e 3 favoráveis, veto total ao Projeto nº 153/2015 derrubado. Passamos pra segunda discussão do Projeto de lei nº 150/2015, que dispõe sobre alienação de imóveis localizados nos Distritos, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Econômico de Cascavel, Lei nº 5.422/2010 e dá outras providências, de autoria do Executivo Municipal. O referido projeto recebeu a Emenda nº 1 de autoria dos vereadores Celso Dal Molin e Pedro Martendal que aditiva o parágrafo 3º ao artigo 2º. Em discussão a Emenda (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Celso Dal Molin. – Vereador Celso Dal Molin: Quero levantar algumas questões, pra defender esta Emenda. Quando os lotes forem entregues aos proprietários, tinha que ter lá infraestrutura. Quero ler pra os senhores, nessa relação do que tinha que ter posto nase atas. Algum ponto só, não vou ler todas: *ata nº 2 (2013): a senhora Ângela falou também sobre a rede de água, que segunda ela estaria pronta em 15 dias. Ata nº 3 (2013): o senhor Antônio afirmou que havia contratado a empresa Petri, pra fazer a instalação de hidrômetros e da ligação de águas com a rede comum. Ata nº 4 (2013): a Empresa Petri iria testar toda rede, quando a água estivesse funcionando. Ata nº 5 (2014): foi comunicado que água deveria ter sido ligada no dia anterior, justificou o atraso explicando as dificuldades encontradas pra seguir a ligação. Ata nº 6 (2014): com relação à água envolvendo a empresa contratada pela Prefeitura, que a Secretaria de Desenvolvimento não conseguiu resolver. Ata nº 7 (2014): a questão do sensor da caixa de água, que não está funcionando. Ata nº 8 (já em 2015):*



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Foi comentado também, que o sensor ainda não estava funcionando. O senhor João Pudel ofereceu pra fazer o orçamento da peça e do serviço. O senhor Sandro Bacari pediu que de posse do orçamento, o serviço fosse executado pelo condomínio, pois não daria pra esperar pela Prefeitura. Ata n° 9 (2015): sobre a bomba da caixa da água foi informado que o problema não é da água, mas da instalação elétrica. Saímos de 2013 e viemos até 2015 e, não foi resolvido o problema da água. Vou ler mais: os proprietários constituíram uma associação, em que fizeram diversos atendimentos inclusive, proporcionando água, energia e outras coisas. Os empresários não tiveram nenhuma contrapartida da Prefeitura de Cascavel e realizaram toda infraestrutura, através da associação; o que atrasou a construção da indústria. Esta Emenda vem beneficiar os empresários que estão lá e, os que poderiam adquirir essas áreas. Ora, se há uma pendência em cima dos imóveis, como vai acontecer isso? Há possibilidade de indenização aos possíveis compradores dos terrenos que estão ali, com uma ação judicial e esta emenda vem só impedir um problema sério pra o Município; uma dor de cabeça pra os empresários que estão lá e, pra os que vão adquirir essa área. Esta Emenda está isentando o Município de ter uma complicação. Qual o problema que temos, agora? As áreas que têm ação judicial, que vão ser só seguradas e só vão ter sua liberação após a Justiça determinar a causa, com ganho pra o Município ou pra os empresários. A Emenda vem pra somar e, tirar o Município de num futuro ter um problema grande pra ser resolvido. Os empresários estão embasados na sua situação, no que entraram na Justiça e temos que ter a cabeça no lugar e não colocar o Município num problema sério e dificultar as coisas pra o Município de Cascavel. Peço que votem, a favor desta Emenda. Obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Cláudio Gaitero. – Vereador Cláudio Gaitero: Estamos votando uma Emenda importante. Estamos aqui, nem do lado de um empresário nem do lado do outro; estamos aqui do lado daquelas pessoas que estão realmente, a fim de gerar emprego e dar oportunidade pras pessoas que necessitam de emprego. Gostaria de pedir à técnica que colocasse alguns itens, onde tivemos hoje acompanhados da assessoria, fazendo fotos lá e pra mostrar como está à situação hoje, das empresas que assinaram um termo de compromisso e que até o momento, estão no meio do mato os seus imóveis. O projeto trata da regulamentação da alienação de imóveis, já retrocedido no Município. Um exemplo, o Citivel, prossiga nas imagens. Ali está a Metalúrgica Faro, 27/05/2015 quando foi feito o processo pra retroceder ao município a área (no meio do mato e continua da mesma forma). Outra empresa em 2015, e está do mesmo jeito que está hoje. Também essa empresa Transal em 2015, está aí o mato, hoje está da mesma maneira. Mais uma empresa, Mazi Máquinas, 2015, hoje também da mesma forma, hoje no meio do mato. Temos aí, um termo de compromisso que foi assinado com essas empresas e outras. No dia da assinatura da entrega desses documentos, estavam lá diversos vereadores eleitos aqui, 18/12/2012. Fomos eleitos em outubro e, em dezembro estávamos lá prestigiando. Me recordo lá do vereador Gugu Bueno, Nei H. Haveroth também, Luiz Frare, outros estavam lá também, prestigiando a assinatura dos convênios. Pegamos algumas decisões



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

judiciais, onde o juiz já deu ganho de causa ao Município. Foram duas decisões recentes, agora. Aqui, algumas empresas que assinaram o termo de compromisso e estão hoje, trabalhando. O Município de Cascavel, caso venha a ser aprovada esta emenda, estará ferindo o princípio da isonomia. E essas empresas que fizeram tudo que fizeram e cumpriram com o termo de compromisso; o Município estará ferindo o princípio da isonomia e beneficiando alguns empresários, que por um motivo ou outro estão lá, querendo fazer que valorize aquele imóvel, pra passar pra frente. Muitas empresas lá de dentro já desistiram e, devolveram pra o Município de Cascavel. A aprovação desta lei nº 150, não vai interferir em nada na decisão do juiz. Ele vai decidir como é pra ser decidido, em cima do que a gente já percebeu aqui. Algumas decisões foram dadas: 3 ganhos de causa que saíram pra o Município de Cascavel. Pedir voto contrário a Esta emenda, ela não condiz com o projeto que fala da sobre alienação de bens já retrocedidos pra o Município. Estaremos prejudicando muitas empresas, onde já tenho conhecimento que alguns desses terrenos de 18.000, 15.000 m² vão virar 2, 3, 5 terrenos e trazer mais empregos pra o Município de Cascavel. (-Um aparte) Pois não.

– Vereador Celso Dal Molin: Essas áreas que foram adquiridas, na época foram vendidas em torno de 50 mil, 80 mil e hoje vale 300 mil, 400 mil; porque houve uma valorização forte. Ali na foto, onde tem a caixinha de luz, pra cá é uma área e ali, outra. Essas fotos foram tiradas em outubro, agora já fizeram alguma coisa pra mudar essa situação. Essas empresas que são em torno de 4, 5 não tiveram suas áreas retomadas pelo Município. Na mesma situação essas fotos foram de outubro, então houve a lei pra uns e não pra outros. Esta emenda vai impedir uma ação judicial e um prejuízo pra Cascavel.

– Vereador Cláudio Gaitero: Temos a Comissão de Viação e Obras, então que fiscalize e, participe das reuniões do Condec e acompanhe se existe alguma empresa que está em processo de instalação, que acompanhe. Nós também temos que acompanhar, porque a nossa missão é fiscalizar e acompanhar todos os atos do Executivo. Peço voto contrário a esta Emenda, pra que possamos aprovar este projeto pra liberar pra essas pessoas fazerem seus investimentos. (-Peço a palavra) -

Presidente: Com a palavra, vereador Rui Capelão. - Vereador Rui Capelão: Temos que pensar o que pode trazer benefício pra o Município. O benefício do Município não pode estar em cima da entrega desses terrenos a R\$ 3,70 o m², o que dá R\$ 18.5000,00 e depois tomarmos pra vendermos a R\$ 50,00, que vai dar R\$ 250.000,00. Daí, não estamos fazendo um negócio, legítimo. Ninguém me provou que essas empresas não pagaram o valor do contrato. Deveriam provar que elas não pagaram. Também, o Município deixou de fazer infraestrutura na área (não tinha luz, água, e já outros fatos aqui que discutimos de o Município não dar as condições que deveria dar, inclusive por ser uma área industrial). Eles tiveram, inclusive, que se reunir em grupo pra buscar solução. Não faltou vontade dos empresários, eles lutam pra continuar na área. Esse grupo de empresários que está sendo jogado de lá; em 2002 já conversavam comigo que precisavam de uma área, até que conseguiram e agora estão sendo despejados, acredito que, injustamente. Esta Casa não pode trabalhar em cima da injustiça. Nós não podemos trabalhar em cima de alguém, que veio aqui, seja secretário e dizer:



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

agora, queremos assim; mas lá atrás não fizeram contrato, não aprovaram pra ser dessa forma? Temos que ter coerência. A Emenda do vereador é o mínimo que poderia fazer, embora acredito que, todo o projeto tem vício e não deveria ser aprovado. Temos que ter coerência, buscar essa situação. O Município não está perdendo nada e, está trazendo prejuízo a terceiros. O que adianta incentivar micro empresas, se aqueles que já estão estabelecidos estamos acabando com suas empresas? Temos que decidir as coisas, não podemos ser dirigidos; porque no momento que começarmos a sermos dirigidos não estamos mais a serviço do povo. (- Um aparte) Pois não. – Vereador Cláudio Gaitero: Vossa excelência, imagino que está aqui, com interesse em alguns e não da população de Cascavel que tanto precisa de emprego. Desconheço um vereador neste Brasil, que aja da forma que o senhor está agindo: um vereador eleito pelo povo e que vem aqui, defender o interesse de 1 ou 2. As pessoas que fizeram algum pagamento e estão entrando na justiça. Tive acesso e percebi ali, o juiz indeferiu. Obrigado. - Vereador Rui Capelão: Não temos que defender o direito de uma pessoa ou duas, mas defender o direito de quem tem direito a ser respeitado. Temos que defender o direito, principalmente quando se trata da questão de indústria e empregos. A validade da Emenda é importante e temos que votar a favor, ou votamos contra o projeto. Obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Nei H. Haveroth. – Vereador Nei H. Haveroth: Entendo a preocupação do vereador Celso Dal Molin; como falei ontem na 1ª discussão. Se existe algo em juízo, não vai ser alienado e pra isso também, existia a lei que regulamentava a cessão dos terrenos, anteriormente. Já existia uma lei pra ser cumprida. Se foi descumprida e, quando se descumpre uma das partes a outra pode pedir a extinção do contrato. Minha preocupação é que esta Emenda, se aprovarmos ela, e como estamos votando uma lei futura, uma lei que vai ser modificada com novos parâmetros pra os novos distritos industriais e, colocar na lei que quando está com algum tipo de ação judicial, não se pode o município pressionar e buscar o direito ou aplicar a lei que estamos aprovando aqui, inviabiliza todo projeto. As empresas que estão sendo prejudicadas têm direito de recorrer a Justiça. O Município não pode judicialmente alienar algo que lá está antes da decisão da Justiça. Agora, colocar uma Emenda proibindo o Município de alienar em qualquer situação, devido uma ação de quem está em ação judicial, nós não vamos estar contribuindo pra novos núcleos industriais ou novos núcleos. A Secretaria tem projetos pra serem abertos que, vão absorver pequenas empresas e que podem ser de indústria ou comércio. A Emenda não está adequada, pra gente colocar numa lei futura; neste momento. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Fernando Winter: Gostaria de sanar uma dúvida. Essas empresas que estão nessa ação judicial se retomarem suas atividades, regularizando sua situação, o terreno volta pra eles ou definitivamente, eles perdem esse terreno? Tenho dúvida, se: esses empresários que adquiriram o terreno, não deram continuidade; mas regularizando a situação, volta o terreno pra eles ou não? - Vereador Nei H. Haveroth: Não sou o mais preparado pra resposta, mas no meu entendimento da lei: é normal e dentro da prática jurídica, quando a empresa entrou na Justiça e teve o direito dela



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

concedido pela Justiça, automaticamente volta tudo pra que ela continue desempenhando sua função e pra o objetivo pelo qual, no início ela adquiriu esse terreno. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Cláudio Gaitero: Respondendo a dúvida: foi feito um termo assinado entre Município e as empresas, no dia 18/12/2012. As empresas que não cumpriram até maio de 2015; o Município está agindo conforme está no termo. Se não cumprir o termo, o Município está retrocedendo então os terrenos pra dentro do Município, todos para os distritos industriais de Cascavel. Obrigado. – Vereador Nei H. Haveroth: Encerro minha fala. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Vanderlei Augusto da Silva. – Vereador Vanderlei Augusto da Silva: (-Um aparte) Pois não. – Vereador Celso Dal Molin: Esta Emenda não foi feita ao léu, foi feito com consultoria jurídica e é legal. Respondendo ao Fernando Winter: a área está lá, o Município executou e tirou, os empresários entraram na Justiça. Algum já teve parecer contrário, mas recorreu. Como o empresário não cumpriu sua parte, também a prefeitura não cumpriu a dela e no parecer de um juiz: tanto pode ganhar a causa o empresário como o Executivo. Se o empresário ganhar a causa e a área já foi passada pra outro empresário, como fica a situação? Estamos trabalhando em prol do município, não queremos que o município tenha problema. Deixa a Emenda passar e a Emenda dá o reforço. Obrigado. – Vereador Vanderlei Augusto da Silva: Obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Jorge Bocasanta. – Vereador Jorge Bocasanta: Como é triste Cascavel, com um desemprego grande. Muito mais vergonhoso quando a gente vai pra Santa Tereza e vê empresas instaladas e aqui, parece que não queremos empresa. O secretário falou que aqui tinha 200 empresas, esperando pra abrir empresa. Vejo em Cascavel, a Coopavel, Nutriplan e outros, a menor que saiu foi a Mascarello. Estamos atropelando os empresários por causa de um terreno. Uma crise dessas de emprego, ao invés de pegarmos aqueles 20 alqueires de terra, indo pra São João e que botaram pra venda por R\$ 1.200.000,000 e o Celso Dal Molin fala que nem água tinha no loteamento, então não é parque industrial, parece reserva; mas não tinha nem água, asfalto, nada. O imperialismo que se instalou em Cascavel, não quer indústria nenhuma aqui. O shopping não sai em Cascavel, acho que interessa pra não sair mesmo. Já disse que lá não era lugar pra ter shopping, mas... Cascavel parece que é o lugar, que mais tem emprego no Brasil. Aqui, o emprego sai em árvores e aqui não falta emprego. Estamos aqui brigando numa lei, pra quê? Uns míseros pedaços de terra: tirar de uma empresa, pra dar pra outra. Ao invés de chamarmos mais empresas, darmos infraestrutura pra que possamos gerar riqueza pra que o comércio... Hoje, você vai ao centro e a metade das lojas estão fechando e, nós atropelando os empresários que querem gerar riqueza e renda pra o município. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Cláudio Gaitero: Concordo com o senhor, vou fazer a leitura da decisão de uma das ações. O juiz, fala: *da leitura das referidas normas em conjunto, não é possível constatar que a impetrante tenha dado o efetivo cumprimento delas. A impetrante não juntou aos autos qualquer documento que comprove o cumprimento dentro do prazo que expirou em 2013. Foi elaborado apenas, em abril de 2015. Registre-se que a contratação de engenheiro só*



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

foi realizada em abril de 2013; dois meses após expirado o prazo. Ficou estabelecido que as obras deveriam ter início em 8 meses e as instalações necessárias deveriam estar cumprindo 12 meses; e assim vai. Obrigado. – Vereador Jorge Bocasanta: Concordo contigo. Se deu 8 meses e não funcionou tem que ir lá, tirar e multar. Se tivéssemos uma Administração séria, chegou 6 meses e não deu, tira e oferece pra outro. Faltou fiscalização. Já se passaram 3 anos, faltou fiscalização. Fico chateado, porque as empresas que querem vir fazer construção, gerar emprego, temos que preservar. E os picaretas têm que tirar fora e cumprir a lei. Obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Luiz Frare. – Vereador Luiz Frare: Em 1º lugar, sobre o que vereador Celso Dal Molin alega defendendo uma minoria, empresas, de um total de 32 que estão lá. Os prazos e contratos foram assinados ao mesmo tempo. Por que umas conseguiram alvará de construção, projetos aprovados na Prefeitura e deram andamento às obras? E as outras; nem sequer protocolaram a documentação e, os projetos necessários pra conseguir o alvará de construção? Nenhuma delas deu entrada no pedido de alvará. Segundo: os projetos que deveriam ter sido feitos no prazo estipulado no contrato por ambas às partes, também não foram protocolados na Secretaria de Planejamento, que é o caminho inicial pra construir uma obra. Terceiro ponto: sua Emenda vem substituir uma decisão judicial. Se o empresário entrou com uma medida cautelar e está aguardando a decisão judicial, o Município se tiver a seu favor, ele vai colocar o imóvel pra outra empresa. O que o vereador Bocasanta acabou de dizer: por que não damos oportunidade pra outra empresa que quer se estabelecer, construir e dar emprego? Deixa a Justiça decidir, não precisa a Emenda pra isso. Quanto ao vereador Rui Capelão: você fala que o Município e que o benefício tem que ser do Município e as empresas não podem ser prejudicadas. São 32 lá e estamos, infelizmente, só falando do Cível. Esta lei está fazendo com que todos os núcleos industriais passem a ser de agora em diante, além de indústria, comércio e prestação de serviço. O Município está colocando um preço de hoje, R\$ 50,00 ao invés dos R\$ 0,80 centavos, R\$ 1,80, lá de trás. Quem especulou não foi o Município: o Município deu oportunidade pra pessoa protocolar seu projeto, deu prazo pra construir, muitos construíram e, pouquíssimos não. O senhor está defendendo a minoria, a defesa da minoria pelo que percebi, aqui. Não sei quantas empresas estão com esse problema de não ter conseguido alvará. Todas elas foram devidamente notificadas, com prazo anterior à 700 dias; elas foram notificadas de que não estavam cumprindo com o contrato, a 700 dias antes de ser reintegrado. Tiveram quase 2 anos de prazo pra se adequar, não o fizeram e agora; aos 44 do segundo tempo algumas estão na Justiça. Jamais houve qualquer tipo de protocolo, pedindo prorrogação dentro do prazo de contrato; portanto, se tivesse tido protocolo, solicitando prazo por um motivo qualquer e fundamentado; provavelmente, não estaria sendo reintegrado o imóvel. A própria justificativa que consta na Emenda, já foi rejeitada pelo Judiciário, portanto não há necessidade da Emenda. A proibição de venda deve partir, mediante órgão judicial. Não é a Câmara que vai proibir ou não, o Município de vender. Mesmo porque, quando o Município está vendendo pra outra empresa que tem interesse de gerar emprego,



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

divisas pra o Município, pra o empresário e dar emprego pra os funcionários; ele está também colaborando pra que mais gente tenha colocação e um emprego num núcleo comercial, numa empresa. Se ela já está aqui localizada e vai pra um núcleo industrial e não existe nada na área desses terrenos; simplesmente se existir, nem de retenção por benfeitoria se poderia cogitar o Município. O Município está agindo dentro do que está escrito no contrato. Não cumpriu e ainda assim deu um prazo maior do que o necessário, pra que as empresas no mínimo protocolassem um pedido de prorrogação, por um motivo ou outro embasado lá. – Presidente: Continua em discussão a Emenda. Em votação. Proceda a votação nominal, senhor secretário. (Foram contrários, os vereadores: Aldonir Cabral, Ganso Sem Limite, Luiz Frare, Jaime Vasatta, João Paulo de Lima, Nei Haveroth, Walmir Severgnini, Robertinho Magalhães, Romulo Quintino, Paulo Porto, Marcos Rios, Fernando Winter, Claudio Gaiteiro e Jorge Bocasanta) (Foram favoráveis os vereadores: Celso Dal Molin, Jorge Menegatti, Professor Paulino, Vanderlei Augusto da Silva e Rui Capelão) – Secretário: Com 5 votos favoráveis e 14 contrários, Emenda nº 1 ao Projeto nº 150/2015 rejeitada. – Presidente: Com 5 votos favoráveis e 14 contrários, Emenda nº 1 ao Projeto nº 150/2015 rejeitada. Passamos pra 2ª discussão do Projeto de lei nº 150/2015. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Jorge Menegatti. – Vereador Jorge Menegatti: No artigo 3º deste projeto está escrito: o valor mínimo dos imóveis levados à alienação, por meio de concorrência será apurado mediante avaliação, realizada pelo departamento responsável da Secretaria de Finanças do Município de Cascavel e considerado os valores praticados pelo mercado de imóveis da região. Parágrafo único: sobre o valor de mercado encontrado será dado desconto de 15%. Vão querer vender os terrenos pra empresas com valor 15% menor que o de mercado e, que se qualquer problema que der pra empresa e ela não construir no artigo 10, parágrafo 4º, está escrito: a reversão dos imóveis ao patrimônio do Município dar-se-á sem qualquer direito à indenização, inclusive quanto às benfeitorias incorporadas aos imóveis. Ou seja, você compra um imóvel da Prefeitura, paga praticamente o valor de mercado, qualquer problema que der e você não construir, você perde tudo que fez. Que incentivo estamos dando pra os empresários, pra vir pra Cascavel? Pode até ter incentivo em IPTU, mas incentivo na aquisição de imóveis não tem nenhum. *Será declarado vencedor do certame o licitante que oferecer melhor valor;* então vai ter leilão. De repente um dá 15%, alguém oferece 6, 7% vai pra valor de mercado. Se a Prefeitura vende pelo valor de mercado, vai atrair quem pra Cascavel? 15%? E ainda com concordância, acho que os empresários vão pra Santa Tereza do Oeste. Não entendo; não estou nem falando de... querem tomar o terreno de quem não construiu o que pode até ser legal, mas essa lei pra vender terreno no valor de mercado e se você não construir naquilo que é teu e, que você comprou com valor de mercado, você perderá seu imóvel; isto é incentivo? Venha pra Cascavel, compre terreno a preço de mercado, ganhe desconto do IPTU e venha gerar emprego em Cascavel? Eles vão pra Guaraniaçu, Corbélia... Cascavel não terá essas empresas. A Pratidonaduzzi que nasceu aqui e foi pra Toledo gerar emprego, renda... A Sadia queria vir pra cá, no



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

passado. Se sairmos ali pra Foz do Iguaçu, nem precisa falar, está cheio de empresa até Santa Tereza. Representante comercial está abrindo sua empresa lá, porque lá paga 1% e aqui, 2,5% de ISSQN. O discurso é lindo, ir pra imprensa dizer que: vai abrir mais um parque industrial, mas não é o que está no papel. No papel é pra expulsar empresários de Cascavel. Obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Rui Capelão. - Vereador Rui Capelão: Disseram aí, que era pra ter cumprido o contrato até maio de 2015, mas se não havia infraestrutura, como ia cumprir o contrato? Será que essa estrutura não estava prevista nos contratos, quando foi entregue os terrenos? O que a gente está vendo aqui, R\$ 250.000,00 que está sendo cotado pra venda desses terrenos e, é um dinheiro muito alto. Nos representa que, a Prefeitura fez um mau negócio e agora está corrigindo, R\$ 250.000,00 o 5.000 m², isso vai dar R\$ 1.200.000,00 mais ou menos o alqueire de terra ali na região. Não tenho conhecimento desses valores, mas acho que está mais ou menos o valor da região. Acho que esses terrenos deviam ser doados e não cobrados, esses valores exorbitantes cobrados aqui. Cada empresa tem um caixa, dinheiro no bolso, nem todas tem a mesma quantia. A prefeitura quando fez o negócio com essas empresas perguntou: - se eles tinham dinheiro já, pra executar a obra? - Com certeza não fez essa pergunta. Cada um tem uma quantia no bolso e, sabe o momento certo... Fica difícil a gente fazer uma avaliação; não dá pra colocar tudo no mesmo saco, tem que ser uma avaliação diferente. Os valores aí são exorbitantes que estão querendo cobrar, de R\$ 3,70 pra R\$ 0,50. Terreno que deveria ser dado como doação pra incentivo; me sinto envergonhado, mas se fosse área da Mascarello ninguém mexeria, mas como é de pequenos, esses vão levar pancada pra resolver a situação. E ninguém mais quer se meter em negócio da Prefeitura, porque aqui só tem negócio pra grande, não pra pequeno. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Luiz Frare: A Secretaria de Desenvolvimento Econômico tem uma lista de espera, em torno de 200 empresas na fila, pra ter um terreno desses. Quanto à Mascarello, de repente se o senhor fosse secretário de Indústria e Comércio poderia até não mexer com eles; não é o que está acontecendo, agora. O preço, a empresa que vai lá e vai se interessar por um terreno, ela tem a regra do jogo: vou pedir 30% de entrada e o resto em 24 parcelas. Ela tem que saber que, o compromisso que ela está assumindo, ela tem que cumprir. Tem que ter um planejamento e capacidade de planejamento; senão pra quê entrar. Garanto que nenhuma empresa até hoje perdeu empresa, por falta de pagamento. - Vereador Rui Capelão: Continuo com minha linha de que esse negócio não traz benefício pra Cascavel e, são projetos que tenho sempre por princípio, votar contra. Obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Celso Dal Molin. – Vereador Celso Dal Molin: Queria ler o artigo 4º: será declarado vencedor do certame, o licitante que oferecer o maior lance. Quanto aos empresários que conseguiram dar início e terminar suas obras, contrataram um caminhão pipa e gerador de energia pra fazer o seu barracão, construção... devido à polêmica desse projeto, onde vemos que tem coisas que não estão se encaixando, onde há coisas que não estão se organizando pra que o projeto seja de acordo com a sociedade, empresários, Executivo, com essa



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Câmara... acho que com essa polêmica, precisaríamos mais de tempo e, peço vistas ao projeto. Justifico esse pedido de vistas, pois talvez vamos ter que sentar e então; a Câmara de Vereadores, a Secretaria de Indústria e de Desenvolvimento Econômico, os empresários que estão lá, e os que querem adquirir essas áreas; por isto estou formalizando o pedido de vistas. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Cláudio Gaitero: Vamos discutir o pedido de vistas deste projeto. Este projeto veio pra esta Casa de Leis em dezembro de 2015 e, foi a votação há 2 semanas atrás. Foi solicitado que viesse o secretário de Indústria e Comércio dar suas explicações, lamento dizer que: só havia 7 vereadores na reunião. O vereador Bocasanta estava presente, Vanderlei Augusto da Silva, Professor Paulino, alguns outros mandaram representantes, Jaime Vasatta, Rui Capelão, Luiz Frare estava presente, o Celso Dal Molin estava e foi amplamente discutido e tirado dúvidas dos vereadores. Foi feito todas as explicações possíveis e não cabe pedido de vistas. Porque com o pedido de vistas, você vai pedir mais explicações, com quem? O secretário já esteve aqui, dando todas as explicações possíveis. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Luiz Frare: Até entendo o pedido de vistas do vereador Celso Dal Molin, ele quer ganhar tempo pra que as empresas... mas acho que as empresas que entraram na Justiça ou tem liminar favorável ou contrária, essa preocupação não deve existir. – Vereador Cláudio Gaitero: Como vossa excelência entende a situação do vereador Celso Dal Molin, acho que a maioria ou todos os vereadores devem entender a situação de Cascavel. Estamos aqui pra legislar a favor do povo, da maioria. Peço voto contrário ao pedido de vistas. - Presidente: Em votação o pedido de vistas. Proceda a votação nominal, senhor secretário. (Foram contrários, os vereadores: Aldonir Cabral, Ganso Sem Limite, Luiz Frare, Jaime Vasatta, Nei Haveroth, Walmir Severgnini, Robertinho Magalhães, Marcos Rios, Fernando Winter e Claudio Gaitero) (Foram favoráveis os vereadores: Celso Dal Molin, João Paulo de Lima, Jorge Menegatti, Jorge Bocasanta, Paulo Porto, Professor Paulino, Romulo Quintino, Vanderlei Augusto da Silva e Rui Capelão) – Secretário: Com 9 votos favoráveis e 10 contrários, pedido de vistas rejeitado. – Presidente: Com 9 votos favoráveis e 10 contrários, pedido de vistas rejeitado. Portanto, continua em discussão o Projeto de lei nº 150/2015. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Cláudio Gaitero. – Vereador Cláudio Gaitero: Gostaria de agradecer aos vereadores que votaram contra a Emenda e ao pedido de vistas. Estes vereadores votaram a favor dos empregos de Cascavel e não votaram contra a manutenção ou criação de empregos. Com certeza nós que votamos a favor, podemos chegar nos bairros de cabeça erguida e dizer que: somos favoráveis ao projeto que cria empregos dentro do Município de Cascavel. Falar pra o vereador Jorge Menegatti, ele falou que acha impossível o Município fazer a venda de um imóvel de terrenos pra indústria de Cascavel depois que paga 3, 4, 5, prestações o Município vai lá e tira, pergunto pra o vereador Jorge Menegatti: se vossa excelência comprar uma caminhonete com o suor do seu rosto... – Vereador Jorge Menegatti: Questão de ordem. Está em discussão os bens que tenho ou o projeto? O carro que comprei, paguei e o senhor não tem nada a ver com isso. – Vereador Cláudio Gaitero: Citei o



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

carro, porque uma vez comprei um carro e faltando 2 prestações não consegui pagar e tomaram meu carro. Se você comprar e não conseguir pagar, o banco toma de você. O Rui Capelão falou em doação de lotes. Esses imóveis que serão vendidos pra essas empresas, o dinheiro vai pra um Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico e esse Fundo é revertido pra compra de novas áreas e pra beneficiar pequenas empresas; onde temos no Brasil 95% das pequenas empresas, que representam os empregos em Cascavel e no Brasil. O Celso Dal Molin falou também, sobre a possibilidade de aprovação dos projetos. Acho que vossa excelência deve votar a favor, porque vossa excelência é a favor dos empregos e estou contando com seu voto. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Nei H. Haveroth. – Vereador Nei H. Haveroth: Me preocupo, porque há uns anos atrás a prática dos governos era atrair as empresas e dar tudo de graça. Aqui, tivemos uma indústria que tinha isenção de todos os impostos, inclusive IPI, por 20 anos. Quando terminou os 20 anos, levantou acampamento e foi se instalar em outro municipal. Não está escrito em lugar nenhum que o município tem que dar terreno pra empresa nenhuma, inclusive minha opinião é contra; porque acho que o Plano Diretor da cidade, nós temos que estudar. O núcleo industrial não é apenas pra doar terreno é também, pra incentivar empresas que trabalham a gerar empresa; mas principalmente pra organizar o setor produtivo industrial da cidade e tirar do perímetro urbano as indústrias com potencial de perturbação, poluição; essas são as questões principais que o Plano Diretor diz. É preciso que nos dediquemos ao Plano Diretor da cidade, pra podermos entender melhor isso; mas lógico que se o Município puder conceder benefícios pras empresas se instalarem e gerarem empregos, isso é uma cadeia produtiva que vai beneficiar todos os municípios. O principal objetivo da organização dos núcleos industriais é organizar o setor produtivo do Município em áreas possíveis, de acordo com o desenvolvimento sustentável do Município. Vou votar a favor do projeto, porque assim entendo que assim ela está sendo colocada pra nosso Município. Obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Jorge Bocasanta. – Vereador Jorge Bocasanta: (-Um aparte) Pois não. – Vereador Rui Capelão: Gostaria de fazer uma colocação ao vereador Cláudio Gaiteiro. Foi 9 a 10 a votação, portanto deixar claro que não ficou tudo esclarecido e acho que o senhor deveria se ater a votação nesta Casa. E outra coisa: quem mais gera emprego são os pequenos e não os grandes empresários. Não esqueça que o Jaime Lerner quando colocou a Renault lá, deu 10, 15 anos sem custo nenhum, área de graça, imposto, tudo por 10 anos. Hoje, quanto está gerando de imposto e emprego em Curitiba, não só com a Renault, mas como outras empresas que vieram. Temos que ter visão do futuro, não podemos ter visão imediatista. Ter que fazer das áreas industriais áreas de negociata, como estou vendo aí; isso é vergonhoso. Acho que precisa mais coerência desta Casa. Obrigado. (-Um aparte) – Vereador Jorge Bocasanta: Pois não. – Vereador Jorge Menegatti: É como falei: o valor dos imóveis não vai incentivar ninguém a vir pra Cascavel. Acho que o líder do governo, ou não leu o projeto ou não ouviu minha fala; porque está tomando cafezinho e, falou que se o cara não pagar 1 prestação ou 2, não vão ser tomados...



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Não. Quando o cara paga todo terreno e depois ele tem um prazo para instalação da indústria, se não fizer ele vai reverter tudo pra o município. Isso que falei. O senhor devia estar tomando café e não ouviu minha fala e não está preocupado com o projeto, está preocupado com o carro que ando... Acho que tem que parar de brincar com o negócio e falar que está tudo consumado. Foi 10 a 9, acho que o senhor tem que ouvir a fala dos vereadores pra poder contestar a fala, mas acho que o que tem que ser contestado: não é a fala e sim o projeto que está escrito aqui, então se fala uma coisa e o que está escrito é outra. Os imóveis serão vendidos a valor de mercado e isso não atrai empresário nenhum. Obrigado. (-Um aparte) – Vereador Jorge Bocasanta: Pois não. – Vereador Nei H. Haveroth: Lembrar que a indústria automobilística é a mais beneficiada no País, abarrotou as ruas de veículos, está um caos. Hoje em Curitiba só está montando os carros, as peças pra geração de emprego está em outro país, então a geração de emprego é mínima. Um péssimo negócio pra o Paraná o que o Jaime Lerner fez. (-Um aparte) – Vereador Jorge Bocasanta: Pois não. – Vereador Luiz Frare: Apenas lembrar ao vereador Rui Capelão, que a Lei 8.666, pela qual será aplicado esse leilão de imóveis, ela proíbe a doação; por isso estava lá atrás cobrando um valor e agora é outro. É proibido fazer doação, sem custo pra o empresário. – Vereador Jorge Bocasanta: Era isso. - Presidente: Em votação o Projeto de lei nº 150/2015. Proceda a votação nominal, senhor secretário. (Foram contrários, os vereadores: Jorge Menegatti, Rui Capelão e Jorge Bocasanta) (Foram favoráveis os vereadores: Aldonir Cabral, Ganso Sem Limite, Luiz Frare, Jaime Vasatta, Nei Haveroth, Walmir Severgnini, Robertinho Magalhães, Marcos Rios, Fernando Winter, Claudio Gaitero, Celso Dal Molin, João Paulo de Lima, Paulo Porto, Professor Paulino, Romulo Quintino e Vanderlei Augusto da Silva) – Secretário: Com 16 votos favoráveis e 3 contrários, Projeto de lei nº 150/2015 aprovado em segunda votação. – Presidente: Com 16 votos favoráveis e 3 contrários, Projeto de lei nº 150/2015 aprovado em segunda votação. Passamos pra segunda discussão do Projeto de lei nº 01/2016. Em discussão, o projeto. Em votação, os vereadores favoráveis permaneçam como estão e os vereadores contrários, que se manifestem. Projeto de lei aprovado em segunda votação pela totalidade dos senhores vereadores presentes. Passamos para segunda discussão do Projeto de resolução nº 15/2015, de autoria da mesa diretora e que autoriza a baixa de bens patrimoniais da Câmara Municipal de Cascavel, na forma que especifica. Em discussão o projeto. Em votação, os vereadores favoráveis permaneçam como estão e os vereadores contrários que se manifestem; Projeto de resolução nº 15/2015 aprovado em segunda votação, pela totalidade dos senhores vereadores presentes. Temos os requerimentos nº 19, nº 20, nº 21 todos de autoria da Frente Parlamentar de Saúde, acerca da discussão da Fosfoetanolamina Sintética. Temos o requerimento nº 23 de autoria do vereador Romulo Quintino, direcionado ao Poder Executivo pra que forneça as seguintes informações: atualmente quais as modalidades de esporte e lazer disponíveis pela Secretaria de Esporte e Lazer no Município de Cascavel e, de que forma é feita a distribuição de recursos públicos ou qual o valor repassado para a modalidade esportiva. O requerimento nº 24 do vereador



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

João Paulo de Lima, que requer que seja solicitado através da operadora Oi, para que sejam disponibilizados serviços de telefonia como internet fixa e móvel na região da linha Cachuba no Município de Cascavel/PR. O requerimento nº 25 de autoria do vereador Jorge Bocasanta, que requer informações sobre o contrato do Município de Cascavel com a empresa OT Ambiental e dá outras providências. O requerimento nº 26 de autoria do vereador Jorge Bocasanta, que requer informações sobre o leiloeiro José Carlos Zamboni que prestou serviços para Prefeitura Municipal de Cascavel. O requerimento nº 27 de autoria do vereador Jorge Menegatti, requer informações da Secretaria de Obras Públicas do Município de Cascavel em relação ao Programa Asfalto Participativo e quais os munícipes beneficiados com o programa. Consulto aos senhores líderes, se há consenso na deliberação dos presentes requerimentos. - Vereador Paulo Porto: Peço destaque aos requerimentos nº 19, nº 20 e nº 21. Quero esclarecimentos. – Presidente: Destacados os requerimentos nº 19, nº 20 e nº 21. Pergunto aos senhores líderes, se há consenso na deliberação dos demais. (-Consenso) Havendo consenso, coloco em deliberação os requerimentos nº 23, nº 24, nº 25, nº 26 e nº 27. Em votação. Os vereadores favoráveis permaneçam como estão e os vereadores contrários que se manifestem; requerimentos lidos, aprovados pela totalidade dos senhores vereadores. Passamos pra discussão e votação dos requerimentos nº 19, nº 20 e nº 21. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Celso Dal Molin. – Vereador Celso Dal Molin: Estes 3 requerimentos têm a minha assinatura, como a do vereador João Paulo de Lima e dos componentes da Frente Parlamentar da Saúde. Estamos fazendo esses requerimentos, porque estamos vendo o anseio da população já, e a esperança de mais um remédio que venha dar conforto e trazer a cura das enfermidades. Estamos fazendo esses requerimentos pra que possamos tocar as pessoas que, vão receber esses requerimentos e que possam olhar com amor, com fé, e que Deus toque no coração delas pra que elas possam estar ajudando, que esse remédio seja liberado e possa estar pra uso da população que sofre tanto, com a doença chamada câncer. Esse requerimento vem pra chegar até essas autoridades, pra que nos ajudem nessa situação. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador João Paulo de Lima. - Vereador João Paulo de Lima: Não é de agora que, falamos sobre essa situação da Fosfoetalamina Sintética. Estamos na luta pela liberação da medicação, muitas vezes as pessoas ganham judicialmente; mas a partir do momento que acabam adquirindo 60 cápsulas enviadas pela Usp de São Paulo, acabam interrompendo o tratamento, porque tomam essas cápsulas que dá pra um mês e depois não consegue restabelecer novamente e adquirir esse medicamento. Vale lembrar que, para que o tratamento seja contínuo, no mínimo 6 meses, esse tratamento tem que ser diariamente. Estamos fazendo de tudo, pra que seja liberada essa medicação. Perdi o meu pai na semana passada, devido a essa doença, câncer. Gostaria de pedir aos senhores vereadores, pra que possamos ainda mais mobilizar sobre isso, porque agora será inclusive a Assembleia Legislativa do Paraná que também manifestou interesse, juntamente com o chefe da Casa Civil. E daqui uns dias serão chamados os pesquisadores, pra que possamos fazer um amplo trabalho. Este



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

pedido a presidente da República, porque o governador do Estado de São Paulo só deu alternativa pra que 1.000 pessoas possam fazer os testes clínicos. Sabemos que, não existe só 1.000 pessoas que estão com essa doença e sim, várias pessoas, inclusive, amigos da gente. Muitos devem questionar, pra que entrar na Justiça e pra que procurar um medicamento de combate ao câncer? Porque a indústria e os laboratórios só pensam si, 2% do PIB mundial hoje é voltado à indústria farmacêutica do câncer, que preferem quimioterapia no tratamento de pessoas que estão já sem fase alguma de poder se manter, inclusive danificando a própria família; porque no estágio que se encontra uma pessoa cancerígena, com certeza ninguém gostaria. E me solidarizar e pedir também, que os juízes de Cascavel possam também, aceitar essa parada e entrar na defesa de pessoas que estão na fase terminal, com essa medicação. Sabemos que já existem vários testes, sobre essa medicação. O que me revolta é que inclusive, o registro de todo medicamento é disciplinado pelo Decreto nº 8.077 de 14/08/2013, mas também existem hipóteses em que a necessidade de registro é afastada pela própria lei, conforme dispõe o artigo 24 da Lei 6.360, ou seja, o artigo 24 diz que: estão isentos de registros os medicamentos novos, destinados a uso experimental sob controle médico, podendo inclusive ser importados, mediante expressa autorização do Ministério da Saúde. E esse requerimento vem pra que possamos solicitar ao Ministério da Saúde, juntamente com a Anvisa para a Anvisa liberar. Esses dias votamos um projeto do vereador Paulo Porto restringindo, inclusive a questão do veneno no campo. Só que, muitas vezes, é preferível essa Anvisa que parece acertada com a fábrica do câncer, em que sentido? É preferível que libere venenos, insumos totalmente contaminados do que uma medicação que pode ser a esperança de 20% pras pessoas que, não têm esperança na quimioterapia ou em qualquer medicação. Peço voto favorável a este requerimento. Estaremos indo a Brasília nos próximos dias, uma audiência inclusive com o Congresso Nacional, com a Comissão de Seguridade Nacional e Saúde e não está descartada a possibilidade que a presidente Dilma, receba. Com tanta coisa acontecendo no Brasil, pelo menos isso que ela possa fazer pelas pessoas mais necessitadas, ou seja, até mesmo pelas pessoas que não têm mais esperança. Sou favorável a dar voto de louvor a pessoas que lutam contra o câncer, mas é necessária também, uma defesa ampla a essas pessoas. Só quem passou por isso, quem já foi a um hospital de câncer, onde há mais de 1.200/dia; só num hospital da cidade de Cascavel e mais 800 em outro hospital de Cascavel, somando isso passa de 2.000 pessoas que estão todo dia vindo pra cidade, além das pessoas da cidade, que sofrem com essa doença. Peço voto favorável. É lamentável essa Anvisa, juntamente com todos esses órgãos não quererem liberar essa medicação. Obrigado. - Presidente: Em discussão os requerimentos. Em votação. Os vereadores favoráveis permaneçam como estão e os vereadores contrários que se manifestem; requerimentos aprovados pela totalidade dos senhores vereadores presentes. Finda está à matéria da ordem do dia. **GRANDE EXPEDIENTE:** - Presidente: Deixo a palavra livre aos senhores vereadores, para pronunciamento de interesse público. Temos as inscrições dos vereadores: João Paulo de Lima, Paulo



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Porto, Professor Paulino, Luiz Frare e Romulo Quintino. A primeira inscrição é do vereador João Paulo de Lima. - Vereador João Paulo de Lima: Venho aqui, lamentar algumas coisas que estão acontecendo em nosso Município; inclusive a questão das câmeras de monitoramento de segurança do Município. Parece que não tem fiscalização, neste sentido. Uma pessoa que é roubada ou até mesmo pra elucidar um crime e, se pedia as imagens e aqui, quero pedir ao presidente da Comissão de Segurança que também, possa envidar esforços no sentido de que solicite à Secretaria competente pra que resolva. Uma câmera de segurança do bairro Jardim Presidente, dia 26/11 a empresa retirou de lá e até agora não colocou, novamente. Essa câmera, inclusive, monitora o Colégio Estadual Padre Pedro Canísio, onde já é fato as várias situações de venda de drogas, em frente à escola. Desde 26 de novembro até agora, não houve manutenção, tiram a câmera e não a recolocam no local. Falta gestão ou não sei de quem é a responsabilidade, dessa situação. Agora, falo em nome da Frente Parlamentar de Saúde, que desde o ano passado essa Frente Parlamentar vinha falando sobre a empresa que iria dar um golpe aqui, no Município de Cascavel e que era as duas unidades de saúde: a do Pioneiros Catarinense e a do bairro Presidente, além da Upa do Sanga Funda. E lamentar que a inauguração desta obra estava prevista pra agora, maio de 2016, mas por incompetência não vamos ter mais a unidade Upa Sanga Funda. Desde o ano passado, esta Frente Parlamentar vem falando na tribuna. Foi feito audiências com a construtora, oitivas e até o Bocasanta falou um dia pra o proprietário da obra: o que o senhor tem? "-Tenho 2 betoneiras e 4 funcionários pra tocar a Upa do Sanga Funda". Lamentável como são essas licitações, lamentável o que acontece; porque a região norte vai ficar descoberta novamente, e não vai ter mais a Upa Sanga Funda. Vejo a luta do vereador Vanderlei Augusto da Silva cobrando uma Upa, na região Oeste; mas nem a do Sanga Funda saiu por falta inclusive, de organização. Desde o ano passado, os engenheiros e arquitetos da Prefeitura viram que essa empresa não ia funcionar. Não deveria estar estendendo o prazo e foi isso que aconteceu e agora, acabou: o governo federal mandou devolver o dinheiro. É lamentável, porque sabemos as dificuldades do atendimento das Upa's que não são das melhores, mas não quero culpar os servidores que já estão estressados pela quantidade de pacientes que vão até as Upa's, por falta de remanejamento melhor das Unidades de Saúde, mas infelizmente deste jeito não dá. Ou muda nesse período que ele tem de governo algumas situações ou daqui a pouco, nem nas próximas gestões vamos conseguir entregar a UBS do bairro Pioneiros e também, do bairro Presidente, que também tem uma grande população. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Romulo Quintino: Também entendo que, a gente tem acompanhado as dificuldades dessa Upa. Ainda hoje, estive no Upa do Veneza com uma conhecida da gente e que está com AVC e até questiono: por que o AVC não é considerado emergência e urgência? Por que não vai direto pra o HU? Tem que ir pra Upa pra ser avaliado e não acontece mais nada a partir daí; mas também temos que entender que existem os trâmites legais. Infelizmente, mais uma vez o Município deu azar com essa empresa que ganha licitação, mas não consegue entregar. O Município fez sua parte, a



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

legalidade foi cumprida, mas tem as amarras que não permitem que a obra venha a efeito e é uma perda pra o Município e pra região norte. Infelizmente, por questões burocráticas o Município perdeu mais uma verba. Não podemos jogar e não é isso que o senhor está dizendo também, jogar a culpa pra cima do Executivo por causa disso. Demos azar e infelizmente a irresponsabilidade dessas empreiteiras é algo gigantesco. A partir do final do ano passado, com a lei que veda a participação em licitações de empresas que tenham participação em empresas que ganharam licitação e não entregaram, a partir de agora isso se resolve. - Vereador João Paulo de Lima: Em partes concordo com sua fala e em outra, não. Vereador Romulo Quintino, eu e vereador Jaime Vasatta desde o início nós vínhamos falando que não ia acontecer a obra. A imprensa protocolizou várias entrevistas. Faltou um pouco de responsabilidade do Município sim, não podemos pegar e só falar que foi a empresa, Sabemos inclusive, da legitimidade da lei: agora, foi solicitado ao Município e logo na sequência então, não tem muita desculpa. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Paulo Porto: Só lembrando que ontem, nesta Casa o vereador da base fez uma crítica dura ao governo federal, que não envia nenhum centavo ou muito pouco a Cascavel. O duro é que quando envia, volta, por incompetência administrativa. Obrigado. (-Um aparte) - Vereador João Paulo de Lima: Pois não. – Vereador Jaime Vasatta: Uma tragédia anunciada. Lamentavelmente, naquela região foi-se o sonho de ter... Inclusive, gasto dinheiro lá com terraplanagem, chamamos os proprietários da empresa que estava construindo e infelizmente há um erro. Não vamos achar culpados, mas infelizmente no caos que vive a saúde, perder mais de 1 milhão de reais é lamentável. Essa empresa acredito que ainda participa de licitações, não sei de que forma. Precisamos realmente estar acompanhando e não sei se o Pioneiros Catarinenses e o Presidente vão ser inauguradas essas obras. - Vereador João Paulo de Lima: Gostaria que o presidente da Comissão de Obras se precisar de algum documento, inclusive assinado, está à disposição no meu gabinete. Porque no ano passado colocamos uma posição a respeito disso, inclusive com o comprometimento dos engenheiros, arquitetos e com o dono da obra que assinou. Se a assinatura não vale nada, ele que responda. Obrigado. - Presidente: Com a palavra vereador Luiz Frare. – Vereador Luiz Frare: Apenas pra fazer um convite, Na quinta-feira, 9 horas da manhã a Comissão de Economia, Finanças e Orçamento receberá a Secretaria de Finanças, através do seu representante ou do prefeito, se ele estiver fazendo a prestação de contas do último quadrimestre do ano passado. A Câmara Municipal aproveitando, também fará a prestação de contas também do último quadrimestre, através do presidente ou de quem ele nomear; então quinta-feira, dia 25, às 9 horas. Obrigado. - Presidente: Com a palavra vereador Romulo Quintino. - Vereador Romulo Quintino: Acho que a saúde não pode perder nunca, não pode perder na atenção básica, na especializada como o Cisop, nos hospitais e na saúde como um todo. Infelizmente, houve essa situação do Sanga Funda que queremos lamentar profundamente. Lamentamos a questão da burocracia que emperra toda sistemática e por mais que a Secretaria de Saúde tenha feito sua parte, porque ela fez isso: notificou várias vezes a empresa ganhadora da



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

concorrência, mas agora, essa lei das licitações, ela emperra as coisas e estamos lamentando essa perda. A Comissão de Obras notificou a Secretaria de Saúde, a Frente Parlamentar de Saúde notificou e, a Secretaria de Saúde através do secretário, também notificou a empresa ganhadora da licitação. Uma grande perda por uma irresponsabilidade total de uma empresa que, ainda que tenha obedecido aos trâmites ganhou essa licitação, mas perdemos o recurso. Apenas pra deixar registrado. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Gugu Bueno: Essa questão das obras públicas é muito séria e, enfrentada não apenas por Cascavel, mas também no cenário brasileiro. Acho que seria de mau tom se culpássemos apenas, pela incompetência da administração municipal. Temos uma série de legislações federais equivocadas e que trazem uma série de amarras à Administração Pública, dificultando muito o dia a dia de uma administração. Não tenho dúvida de que precisamos, pelo menos, causar o constrangimento público desses empresários, que de maneira irresponsável se habilitam a participar de uma licitação e, no momento do certame dão 30, 40% de desconto na obra pública, simplesmente inviabilizando sua execução e quando você vai estabelecer o valor de uma licitação, é feita em cima de um orçamento médio no mercado. Quando chega ao certame, se uma empresa dá 30, 40% de desconto é evidente que dificilmente vai ter condição de executar aquela obra e causa um transtorno, um prejuízo, que não dá nem pra dimensionar. Tenho experiência nisso, em relação aos campos de futebol sintético que nós, eu e vereador Celso Dal Molin, conseguimos uma verba, com o deputado Giacombo, R\$ 1.200.000,00 pra construir 10 campos de futebol sintético em Cascavel. É feito o compromisso com a população, é conseguido o compromisso do deputado com a verba, é conseguida a liberação da verba, é feita a liberação, o empresário ganha a disputa, dá um desconto fora do mercado e não está conseguindo executar as obras e a comunidade cobra de nós. Uma situação complicada, evidente que não temos poder pra resolvê-la de forma absoluta, mas pelo menos de público dizer a sociedade de quem é a culpa, quem é a pessoa, seu CPF, endereço e se for o caso, acusá-la de picareta, porque não deixam de ser isso, picaretas de obra pública. Obrigado. – Presidente: Com a palavra vereador Fernando Winter. – Vereador Fernando Winter: Só pra dar continuidade ao assunto do vereador João Paulo de Lima e Romulo Quintino, essa empresa se chama Engetec. Ela pega várias obras, ela segue como está a lei e depois, quando ganha a licitação coloca 2 ou 3 pessoas lá na obra e vai enrolando ali, 2, 3 meses e assim vai atrasando. A Comissão de Educação solicitou que viesse o secretário e desses maiores explicações desses atrasos na obra. Logo após esses esclarecimentos, essa empresa desiste então da obra. Onde está a falha a gente não pode dizer, porque eles cumprem o que diz o contrato; mas na continuidade da obra eles descumprem todo o contrato. Temos de estar atentos pra que isso não volte a acontecer. Meu outro assunto é um caso sério que está acontecendo, no centro da cidade, uma questão de erosão. Gostaria que o pessoal da técnica que, pudesse colocar algumas imagens pra a gente visualizar. Algumas imagens foram tiradas na rua Vicente Machado, no Country. Pode passar outra. Ela começa na rua Vicente Machado e vai descendo em toda extensão



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

do clube do Country, porque o serviço desce ali da rua Pará, Goiás e Amazonas, a boca de lobo não vence a aí, causa essa erosão. Já conversei com o secretário Maurício Theodoro, tem mais imagem... o que a gente poderia fazer nessa situação de erosão? Ele disse que é uma propriedade particular, mas começa na rua. O buraco é muito grande, o problema começa na rua e vai até a propriedade do clube; então os sócios nos procuraram pra ver se a gente podia dar uma mão lá, porque é o clube mais antigo da cidade, fundado em 1965. Coloquei essas imagens e fiz a indicação pra que vocês pudessem também, se sensibilizar pra que a gente pudesse junto à Secretaria de Obras fazer esses reparos. Depois de uma sessão tumultuada, polêmica, mas é pra isso que estamos aí. Obrigado. - Presidente: Com a palavra vereador Paulo Porto. - Vereador Paulo Porto: Venho hoje à tribuna, a pedido da comunidade 7 de setembro, comunidade do MST, ao lado da Fundetec. Comunidade que abriga aproximadamente 60 famílias, 35 crianças em idade escolar; crianças que quando chove não consegue ir à aula. Por favor, técnica. Ali, são imagens de uma estrada absolutamente intransitável, fazia alguns dias que não chovia e hoje choveu; e hoje, essas crianças não foram à aula. Tiveram seu direito sagrado ao espaço escolar negado, por absoluta não adequação da estrada rural. Acontece que esse é um problema de fácil resolução, porque há 1.000 metros desse atoleiro se encontra uma cascalheira, que é de posse dessa comunidade. E essa comunidade já colocou à disposição do Executivo essa cascalheira, pra readequar a estrada e inclusive, cedendo cascalho a mais. Venho à tribuna fazer uma convocação ao secretário de Agricultura, que já sabe dessa situação, no sentido de resolver o impasse dessas crianças, que quando chove não tem aula e quando não chove, eles andam aproximadamente 2 quilômetros pra chegar ao ônibus. Porque vocês podem ver que ali, ônibus não passa. Estamos agendando uma reunião com o secretário Almir e, esperamos que ele seja sensível a essa demanda, que é um problema de fácil resolução; porque o problema é quando não há cascalho, aí é difícil. Mas neste caso há, então está fácil de resolver. Assim como nós, em negociação com a Secretaria de Agricultura resolvemos o assentamento Valmir Mota e que hoje, as estradas estão quase todas cascalhadas. Espero voltar daqui a alguns dias nesta tribuna, trazendo a notícia de que esse problema foi resolvido. Afinal, não se pode tolerar que crianças não vão à escola, elas precisam ir, chovendo ou fazendo sol. Fica essa reivindicação e, estamos agendando com o secretário e esperamos que nos próximos dias, possamos voltar a essa tribuna com boas notícias, pra comunidade 7 de setembro. Obrigado. - Presidente: Com a palavra vereador Professor Paulino. - Vereador Professor Paulino: Hoje, temos um aniversariante, inclusive quero trazer aqui, um bolo. Como os senhores podem ver, ele deve ser muito saboroso. O que me traz aqui, são dois anos que protocolamos nesta Casa, foi no dia 24/02/2014. Quando eu assumia uma vaga cedida pelo vereador Paulo Porto e o presidente da Casa era outro, e se passaram dois anos. Amanhã, completa 2 anos que temos um Projeto de lei que visa aumentar de 25 pra 30% os recursos para a educação, no nosso Município. Propõe a mudança da Lei Orgânica que, garantiria recursos consideráveis pra melhoria da qualidade de ensino de nossas crianças. Com certeza teríamos aí, uma melhor



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

qualidade e, não haveria necessidade de mostramos as imagens que mostramos ontem, da Escola do Brasmeira, Jardim Floresta e tampouco a Escola Gládis Tibola que está como está, caiu... Nem sabemos onde está a escola, não tem nem espaço físico. Lamentamos, evidentemente. E vimos aí, o presidente da Comissão de Finanças falando: convidando pra quinta-feira a demonstração de contas do 3º quadrimestre do ano passado. Percebemos o seguinte: no que pese a situação que colocamos aqui, no primeiro trimestre, não aplicamos a lei que diz que: 25% dos orçamentos, tributos sejam aplicados na educação. Aplicamos no 1º trimestre apenas 21,55%; no 2º trimestre chegamos a 24,13% e temos uma defasagem aí, de 2 milhões que deixamos de aplicar. Esperamos que neste 4º trimestre, da quinta-feira... Acredito que vai sobrar dinheiro, porque neste período o que foi feito? Não estamos aplicando nem os 25%. Temos o Projeto de lei e que possamos ir a 30%; o mínimo é 25%. Pelo que nos parece, a menos que tenha um incremento muito grande no 3º quadrimestre, pra que a gente possa ter cumprido pelo menos os 25%. Existe a possibilidade de a gente ampliar no Estado do Paraná a nossa obrigação que era de 25%, mas com projeto de mudança da Lei Orgânica do Estado passou pra 30% e isso garantiu pra todo Estado a aquisição nos seus 399 municípios de: mais ônibus, garantiu mais qualidade pra nossa educação. Esperamos que... lembrando que nosso projeto possa ser colocado em pauta, não só esse, mas os outros 8, 10, projetos que temos aí. Gostaríamos de ser tratados com mais isonomia. Obrigado. - Presidente: Não havendo mais ninguém pra pronunciamento de interesse público encerro a presente sessão. O presidente encerrou a presente sessão ordinária às dezessete horas e um minuto. E nada mais havendo a tratar e a constar, foi transcrita por mim, Ivanilza Moreira Rocha, a presente ata, que depois de lida e aprovada será devidamente assinada pelo Secretário e pelo Presidente que dirigiu os trabalhos nesta Sessão da Câmara Municipal de Cascavel.

GUGU BUENO

Presidente

ROMULO QUINTINO

Secretário